

Por prudência, processos são retirados do Consun para esclarecimentos à PGUerj



Os servidores técnico-administrativos dos setores da área da saúde e de áreas administrativas da Uerj, que solicitam reenquadramento de cargos, vão ter que aguardar a próxima sessão do Conselho Universitário da Uerj, o Consun, para que as resoluções referentes aos seus processos sejam apreciadas. Os processos 1.378/2015 (dos servidores das áreas administrativas) e 12.464/2015 (dos servidores das áreas da saúde) foram retirados da pauta da sessão do dia 01/04 a pedido do conselheiro Jorge Luís Mattos (Gaúcho), após terem sido encaminhados com adendos pela Procuradoria Geral da Uerj (PGUerj) considerados equivocados pelos relatores dos mesmos no Consun.

Gaúcho ressaltou que os processos foram retirados de pauta por prudência dos relatores, e informou que foi agendada uma reunião com representantes da Procuradoria Geral da Uerj e da Superintendência de

Recursos Humanos da Universidade (esta realizada na última segunda-feira, dia 04/04) com o objetivo de corrigir os equívocos de interpretação. Vale ressaltar que as discussões relativas aos processos 1.378/2015 e 12.464/2015 são em busca de uma proposta adequada de resolução, pois ambos já tiveram seus méritos aprovados na sessão ordinária do Consun realizada em 04/03.

Com o pedido de retirada da apreciação das minutas dos processos de servidores técnico-administrativos, o único ponto de pauta debatido no Consun foi a constituição do Portal de Acesso à Informação Pública da Uerj, que havia sido encaminhado para debate do plenário em novembro de 2015 e recebido pedido de vista. Os conselheiros aprovaram a resolução que constitui do portal com seus prazos, métodos de trabalho e formas de gestão. O lançamento do portal, que irá reunir informações de gestão

da Universidade, deve acontecer nas próximas semanas.

O conselheiro Marco Gayoso denunciou que alguns servidores terceirizados lotados na Policlínica Piquet Carneiro (PPC) estão sendo coagidos a assinarem suas demissões e a informar as chefias se participaram do movimento grevista e em quais dias, para que sejam feitos descontos nos pagamentos. O conselheiro cobrou explicações da reitoria e do diretor da PPC. Em resposta, o reitor Ruy Garcia se comprometeu a cobrar explicações da direção da PPC e também da SRH sobre o tema.

O conselheiro Celso de Oliveira solicitou a formação de uma comissão paritária e em caráter de urgência para a revisão do Plano de Cargos e Carreira (PCC) dos técnico-administrativos. De acordo com Celso, essa comissão teria o compromisso de apresentar em até seis meses uma proposta de reformulação do PCC para apreciação do Consun. O reitor Ruy Garcia afirmou o apoio a iniciativa e propôs também a formação de uma comissão para a revisão do Plano de Carreira Docente (PCD).

Ruy informou que a Secretaria de Fazenda realizou no dia de ontem, 31/03, o pagamento de Programações de Desembolso emitidas pelo Hospital Universitário Pedro Ernesto (Hupe) para o pagamento de compromissos com empresas terceirizadas prestadoras de serviços para a unidade. Segundo o reitor, ao todo foram executados 2,7 milhões de reais em pagamentos, e outros pagamentos estão previstos para serem feitos durante esta sexta-feira, dia 01/04.

Audiência debate situação dos residentes do Hupe



Audiência Pública da Comissão de Educação da Alerj discutiu a situação dos residentes do Hospital Pedro Ernesto (30/03). O diretor do Hupe, Edmar Santos, classificou a irregularidade dos repasses como uma “crise aguda”, que teve como consequência o atraso nos pagamentos de residentes e terceirizados. Também apontou a falta de investimentos estruturais nos últimos 20 anos, o que impede um atendimento de excelência. Segundo ele, para evitar a insolvência do Hospital é preciso que haja a regularização dos repasses para manutenção e custeio. E para adequação do prédio da unidade às normas, seria necessário um investimento de R\$ 30 milhões, sendo as mais urgentes a reconstrução do almoxarifado (destruído em um incêndio em 2012) e a remodelação dos equipamentos de combate a incêndios. Edmar, o coordenador de Desenvolvimento Acadêmico, João Caraméz, e o professor da Faculdade de Ciências Médicas (FCM) da Uerj, Roberto Esporcate, informaram que o trabalho e a formação dos residentes é regulamentada por Lei Federal. Ressaltaram que esta legislação pode ser utilizada como base para

a formulação de uma Lei Estadual. Vitor Alvarenga, presidente da Associação Médica dos Residentes do Hupe, ponderou a importância de garantir as essencialidades do Hupe em respeito à população fluminense, que tem a unidade como referência em atendimento, mas ressaltou que o Estado não pode cobrar o cumprimento dos deveres dos residentes enquanto não cumprir seu dever básico de realizar os pagamentos das bolsas nas datas devidas e oferecer condições de trabalho dignas. Para ele, é necessário que a Residência seja respeitada como uma área de formação, e não utilizada como mão-de-obra barata para substituir profissionais. Camila Garcino, representante dos residentes no Conselho de Saúde do Hospital, ressaltou a regulamentação federal para os residentes apresenta mais deveres do que direitos para a categoria, com jornada de 60h semanais e regime implícito de Dedicção Exclusiva, e clamou pela aprovação de uma Lei que regulamente a prática de Residência e ao mesmo tempo leve em consideração as necessidades da categoria. O representante da Asduerj, Paulo Alentejano, criticou a atual carga horária e afirmou que esta configura uma superexploração do trabalho, comparando-a as jornadas de trabalho do século XIX.

O representante docente ressaltou ainda que o pagamento das bolsas não podem sofrer atrasos, pois são a única fonte de subsistência dos profissionais da área de Residência, equivalendo ao salário. Seguindo na mesma linha, o coordenador geral do Sintuperj, Jorge Luis Mattos (Gaúcho), lembrou que a Uerj pode iniciar o processo de regulamentação das atividades de Residência a partir de resolução do Conselho Universitário, que equivale ao Legislativo da Universidade, podendo este ser um caminho para que esta normatização seja encaminhada para a Alerj. Os parlamentares [Comte Bittencourt, Marcelo Freixo (PSOL), Enfermeira Rejane (PCdoB), Flávio Serafini (PSOL), Dr. Julianelli (Rede) e Tio Carlos (Solidariedade)] apontaram a responsabilidade do Governo na crise da saúde e da educação públicas, e ressaltaram a importância de regulamentar a prática de Residência no Estado. Os deputados que compõem a Comissão elaboraram um Projeto de Lei vinculando o pagamento dos bolsistas de Pós-Graduação, Graduação e Residência ao calendário de pagamento dos servidores ativos, inativos e pensionistas do Estado, que foi encaminhado para apreciação da Casa. No início do debate ocorrido nesta quarta-feira, as representações do Sintuperj e da Asduerj solicitaram ao deputado estadual Comte Bittencourt, presidente da Comissão de Educação, a marcação de uma nova Audiência Pública para debater os impactos da crise na Uerj e em suas unidades de saúde, o Hospital Universitário Pedro Ernesto e a Policlínica Piquet Carneiro (PPC). A Audiência ficou agendada para o dia 13 de abril.